



Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duflio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTEs no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 21.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Mário Bezerra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação da Ata.

(É procedida a verificação de votação).

Dezenove Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura do

seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagem:

MENSAGEM N.^o 06/93

Curitiba, 23 de março de 1993.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a baixar, por decreto, as normas necessárias à execução da proteção e defesa do consumidor no Estado do Paraná, regulamentando a aplicação das sanções administrativas previstas no art. 56, da Lei Federal n.^o 8.078, de 11 de setembro de 1990 e nos arts. 11 e 12, da Lei Delegada n.^o 04, de 26 de setembro de 1962, com a alteração resultante da Lei Federal n.^o 7.784, de 28 de junho de 1989 e demais atos da legislação pertinente.

A medida legal consubstanciada no plano de lei ora proposto é altamente significativa e consulta aos superiores interesses da Administração e mormente os da coletividade, eis que, sem qualquer dúvida, é um importante passo no sentido da efetiva proteção e defesa dos direitos do consumidor em nosso Estado. Esta proposição, que é feita com respaldo no art. 55, da Lei Federal n.^o 8.078, de 11 de setembro de 1990, virá, a par de outras medidas de cunho administrativo a serem adotados logo após sua transformação em lei pela aprovação dessa Assembléia, institucionalizar eficiente mecanismo legal capaz de ensinar, aqui no Estado do Paraná, efetiva proteção ao consumidor.

O projeto de lei em referência, que decorre de proposição formulada pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (prot. 1.078.356-9/92) resulta de estudos conjuntos daquela Pasta, da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
 Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a baixar, por decreto, as normas necessárias à execução da proteção e defesa do consumidor neste Estado, regulamentando a aplicação das sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei n.^o

8.078, de 11 de setembro de 1990 e nos arts. 11 e 12 da Lei Delegada n° 04, de 26 de setembro de 1962, com a alteração resultante da Lei n° 7.784, de 28 de junho de 1989 e demais legislação pertinente.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios.

OFÍCIO

Sob os n°s DTL/SAT/030, 031, 032 e 033/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n°s:

029/93: Do Poder Executivo que, fixa em 12% a alíquota do ICMS nas operações internas com óleo diesel, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.257. **Anote-se - Arquite-se.**

413/92: De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Ortigueira, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.258. **Anote-se - Arquite-se.**

408/92: De autoria do ex-Deputado João Aruda que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Marmeleiro-PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.259. **Anote-se - Arquite-se.**

078/91: De autoria do Deputado Nelson Garcia que, declara de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Municipais de Mariluz - ARESMA, o qual convertido em Lei tomou o n°s 10.260. **Anote-se - Arquite-se.**

CPI/FS/001/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que em data de hoje foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito da Fazenda Santana, para a qual por especial deferência de meus nobres pares, fui eleito Presidente, cabendo a vice-Presidência ao Deputado Duílio Genari e a relatoria ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

Comunico-lhe, outrossim, que designei o funcionário Severo Olímpio Sotto Maior para desempenhar as funções de Secretário da Comissão.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) NEREU ALVES DE MOURA

Ofício CSP/001/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que em data de hoje, foi instalada a Comissão de Segurança Pública, para a qual por especial deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a vice-Presidência ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Comunico-lhe, outrossim, que designei a funcionária Gisele Pacheco para desempenhar as funções de Secretária desta Comissão.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

Ofício n° 001/93

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar à Vossa Excelência, que em data de 15 de março próximo passado, foi instalada a Comissão de Tomada de Contas, para a qual, por especial deferência de meus ilustres Pares fui eleito e empossado Presidente, cabendo a vice-Presidência ao nobre Deputado Arlindo Troian.

Outrossim, informo-lhe, que a funcionária Maria Regina Subtil continuará desempenhando as funções de Secretária da Comissão.

Na oportunidade, externo a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) NILTON BARBOSA

Ofício CR/001/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em data de hoje, foi instalada a Comissão de Redação, para a qual por especial deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a vice-Presidência ao nobre Deputado Eurides Moura.

Comunico-lhe, outrossim, que designei a funcionária Elisa Sotomaior Maruska para desempenhar as funções de Secretária desta Comissão.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) BASÍLIO ZANUSSO

OF. N° 171/93 G.P.

Senhor Presidente.

Pelo presente acuso o recebimento do Ofício emanado dessa augusta Assembléia Legislativa, que encaminhou à consideração deste Tribunal expediente do Senhor Governador do Estado, em que solicita ao Poder

Legislativo Estadual a sustação de ato do Tribunal de Justiça, que fixou, por Resolução, os vencimentos dos Senhores Desembargadores em equivalência ao dos Senhores Deputados Estaduais.

A propósito cumpre esclarecer Vossa Excelência e seus Pares as razões que levaram o egrégio Órgão Especial a adotar a mencionada resolução, que podem em abreviado ser assim explicitadas:

É de conhecimento geral o tratamento salarial concedido pelo Senhor Governador aos Magistrados, que nem sempre vinham recebendo a reposição da perda do poder aquisitivo da moeda, mesmo quando isso era concedido, em caráter geral, aos servidores do Estado, acarretando um empobrecimento gradativo dos juizes, levando-os a se sentirem desencorajados, desiludidos e frustrados.

Não obstante essa situação desconfortável entre o Governador do Estado e o Poder Judiciário, no ano de 1992 ficou convencionada entre os Poderes uma solução para a questão salarial da magistratura de nosso Estado.

Nesse sentido foi proposta à Assembleia Legislativa a fixação de novos vencimentos para os magistrados, com a previsão de que daí para frente as reposições seriam realizadas na mesma oportunidade e no mesmo percentual dos servidores em geral, situação, aliás, que a Constituição Estadual confere aos Deputados (art. 54, II).

Todavia, faltando ao compromisso assumido com o Tribunal, o Governador vetou, na lei de fixação de vencimentos, o artigo que garantia a reposição dos vencimentos na forma acima referenciada, evidenciando a intenção de não proporcionar à Magistratura Paranaense uma política salarial definida.

Assim, visando dar cumprimento ao princípio da equivalência de vencimentos entre os membros dos poderes do Estado, que a Constituição Estadual estabelece no art. 27, XI, espelhando a disposição da Constituição Federal, art. 37, XI, foi que este Tribunal, através de seu Órgão Especial, fixou os vencimentos dos Senhores Desembargadores consoante o inserido na Resolução n° 02/93, já que entre as autoridades cujos vencimentos submetem-se à equivalência Constitucional estão os Deputados Estaduais e os Desembargadores.

Cumprе ressaltar que o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura Nacional, em seu art. 32, preceitua que "os vencimentos dos membros dos Tribunais de Justiça, fixados em lei, corresponderão aos valores percebidos com a remuneração em espécie, a qualquer título, pelos membros do Poder Legislativo ou pelos Secretários de Estado respectivos,

observado o disposto na parte final do art. 28", estimulando dessa forma, a vinculação interna dentro do Estado:

Sobre a matéria, assim já se manifestou o Supremo Tribunal Federal:

"O princípio da isonomia entre os servidores dos três Poderes, ocupantes de cargos de atribuições iguais ou semelhantes, pressupõe que os limites máximos, a que se refere o citado art. 37, XI, guardem, entre si, relação de equivalência. Elevado o limite máximo em um Poder, cumpre ajustar os limites máximos dos outros Poderes da República, opere na conformidade do espírito e sistema da nova ordem constitucional". (Mandado de Segurança n° 211652/160 - Distrito Federal - Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Célio Borja - documento 33).

A equivalência de vencimento entre Desembargadores e Deputados Estaduais é a solução adotada por vários outros Estados da Federação, e se encontra retratada no Plano Federal, em que se está dando o correto tratamento ao princípio da isonomia previsto na Constituição.

Consigne-se que o Supremo Tribunal Federal, instado a decidir sobre a concessão de liminar em ações diretas de inconstitucionalidade propostas para fulminar o emprego de resoluções para equivaler vencimentos de Desembargadores e Deputados Estaduais, a tem negado.

Constata-se, assim, que em nenhum momento este Tribunal pretendeu usurpar funções inerentes aos outros Poderes, cuidando, tão somente, de assegurar a independência destes e a autonomia do Poder Judiciário (art. 99 da Constituição Federal), nomeadamente porque é dever deste Tribunal zelar para que os magistrados do Estado disponham das condições necessárias para exercer em plenitude sua competência constitucional, no interesse maior da sociedade.

Por derradeiro, cumpre salientar que os dispositivos da Constituição Estadual invocados pelo Senhor Governador, visando amparar a solicitação endereçada a essa colenda Assembleia Legislativa, não têm o alcance que a eles se pretendeu dar, mesmo porque o ato almejado configuraria, sem dúvida, uma ingerência de um Poder sobre o outro, o que afrontaria o princípio constitucional de independência e harmonia entre os Poderes.

Quero, nesta oportunidade, renovar a Vossa Excelência e a seus Pares as expressões do meu elevado apreço.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1993.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA

OF. N° 173/93

G.P./D

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter a essa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador deste Tribunal de Justiça, a partir de 1º de março de 1993.

Esclareço a Vossa Excelência que a proposta legislativa que ora encaminho tem por escopo primordial fixar uma política salarial efetiva e estável, nos moldes do que vem ocorrendo em quase todas as Unidades da Federação, com a equivalência dos vencimentos dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça com os percebidos pelos Senhores Deputados Estaduais.

Na certeza de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa e sua Mesa Diretiva, o necessário apoio e conseqüente aprovação no menor espaço de tempo possível, aproveito o ensejo para externar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

JUSTIFICATIVA:

O Poder Judiciário do Estado do Paraná, através do seu Tribunal de Justiça, preocupado com a fixação de uma política salarial estável em relação aos seus integrantes, e no desempenho de suas atribuições constitucionais, resolveu enviar ao Poder Legislativo Estadual o presente anteprojeto de lei, que busca concretizar tal desiderato.

Para sua elaboração, o Órgão Especial tomou em linha de conta:

a) a necessidade de dar cumprimento ao princípio da equivalência de vencimentos entre os membros dos Poderes do Estado, que a Constituição do Estado do Paraná estabelece, no art. 27, XI, espelhando a disposição da Constituição Federal, art. 37, XI;

b) o fato de que entre as autoridades cujos vencimentos submetem-se à equivalência constitucional estão os Deputados Estaduais e os Desembargadores;

c) que é preocupante a situação salarial dos magistrados do Estado, que nem sempre recebem a reposição da perda do poder aquisitivo da moeda, mesmo quando isso seja concedido, em caráter geral, aos servidores do Estado;

d) que dispositivo legal que estendia aos magistrados do Estado a reposição salarial que fosse concedida aos servidores do Estado, na mesma oportunidade e nos mesmos níveis, situação que a Constituição do Estado, no art. 54, VII, confere aos Deputados Estaduais, foi surpreendentemente vetada pelo Governador do Estado;

e) que é dever deste Tribunal zelar para que os magistrados do Estado dispõem das condições necessárias para o bom

exercício do cargo, no interesse maior da sociedade;

f) que a equivalência de vencimentos entre Desembargadores e Deputados Estaduais é a solução adotada por vários outros Estados da Federação, além de estar prevista no Projeto de Lei Complementar (Estatuto da Magistratura) prevista na Constituição Federal, art. 93, e elaborado pelo egrégio Supremo Tribunal Federal.

Por derradeiro também levou em estima o Tribunal, que essa equivalência entre os membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo retrata o quadro composto no plano Federal e na quase unanimidade das demais Unidades da Federação, fazendo-se urgente que também no Paraná a justa equiparação se materialize sem maiores delongas.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça corresponderão à soma dos valores percebidos como remuneração fixa pelos membros do Poder Legislativo Estadual.

Parágrafo Único - Para aplicação do disposto neste artigo, considerar-se-á a soma do vencimento básico correspondente ao cargo de Desembargador, acrescido da verba de representação a ser cotejada com os valores correspondentes a subsídios e verba de representação dos Deputados Estaduais.

Art. 2º - Efetuado tal cotejo, a diferença a maior eventualmente constatada a favor dos membros do Poder Legislativo Estadual, será acrescida aos vencimentos dos Desembargadores, a título de percentual de equivalência.

Art. 3º - Os referidos vencimentos de Desembargador não podem exceder os de Ministro do Supremo Tribunal Federal, conforme o art. 93, V, Parte Final, da Constituição da República.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1993, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.090, de 05 de outubro de 1992 e da Lei n° 8.089, de 05 de junho de 1985.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 094/93, que dá nova redação ao § 1º do art. 12 da Lei

nº 9.887 de 27 de dezembro de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Para efeitos deste artigo, aos docentes da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado, aposentados até a data de 31 de dezembro de 1993, serão assegurados com base no vencimento integral, os vencimentos do Nível IV de suas respectivas classes, considerada a correlação estabelecida no art. 3º desta lei e correspondente ao regime de trabalho de 40 horas semanais, ficando vedado extrapolar o patamar máximo estabelecido nesta lei".

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão na votação e discussão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) EMILIA BELINATI
RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente.

Os Deputados que a este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento das Senhoras Marli Alves Poli de Oliveira e Nilce Alves Poli Milani, funcionárias deste Poder Legislativo, ocorrido em lamentável acidente automobilístico nesta última sexta-feira.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - ERONDY SILVÉRIO - NELSON GARCIA - EMILIA BELINATI - HEINZ HERWIG - PAULO MAIA - ORLANDO PESSUTI - CLEITON KIELSE - PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - TOTI COLAÇO - ANIBAL KHURY - DALTON MACHUCA - NEIVO BERALDIN - JOSÉ ARTHUR RITTI.

JUSTIFICATIVA:

Funcionárias que há mais de vinte anos prestaram serviços nesta Casa de Leis, deixam marcas profundas lembranças, como exemplo de dedicação, responsabilidade, fraternidade e amizade.

Temos certeza de que os funcionários deste Poder ao serem privados da convivência serena com as colegas de trabalho, continuarão esta convivência através da luz que aqui deixaram e agora virá de outros horizontes.

O passamento de Marli e Nilce veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais estes Deputados.

O destino privou seus familiares de seus convívios, entretanto, no céu as mãos

Curitiba, terça, em 30.03.93

têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; suas almas engrandecerão o Senhor que olhará para a condição humana de suas servas:

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquelas que souberam conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio destes Deputados, cumprem o dever de associarem-se à dor que abalou as famílias Poli de Oliveira e Poli Milani endereçando a elas voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 27 de março último, da Senhora Neusa Maria Guidorizzi Toni.

Nascida em Arceburgo - MG, de há muito era residente na Cidade de Arapongas.

Radialista, dotada de profundos sentimentos de solidariedade humana, trabalhou na Rádio Arapongas com seu cunhado Sidionor Pessoa e sua irmã Virginia, com invulgar competência.

Sua morte foi muito sentida pois sempre gozou de grande estima e apreço junto a coletividade.

Por isso este meu respeitoso preito, que requeiro seja transmitido a seus familiares em Arapongas na Rádio Arapongas.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de HERMES ZOSCHKI, aos 61 anos de vida. Trata-se de uma pessoa muito querida em sua comunidade e em sua família, que recebeu ampla manifestação de sentimentos, adiante de seu pensamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo desaparecimento do biólogo ROBERTO RIBAS LANGE, no dia 26 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de União da Vitória, pela passagem do 103° aniversário de sua emancipação política.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A história de União da Vitória é uma história de trabalho. Se neste ano de 1993 o município comemora seu 103° aniversário de emancipação política a sua verdadeira vocação de trabalho e desenvolvimento começou muito antes.

Graças ao trabalho desenvolvido pelos administradores de todos os tempos e do esforço daquela população, vemos hoje uma União da Vitória renovada, evoluída, afinada com seu tempo; do povo culturalmente desenvolvido, do ensino conceituado desde o básico ao superior.

Portanto, União da Vitória situa-se hoje entre os Municípios brasileiros de maior desenvolvimento, liderando uma região toda com uma economia bastante diversificada.

Do ciclo da madeira, riqueza que ainda tem considerável peso, passamos para União da Vitória da pecuária, da agricultura moderna e desenvolvida, da industrialização, do comércio forte e estável.

A passagem do 103° aniversário de União da Vitória representa muito para todos nós paranaenses que sempre acreditamos em seu povo honesto e trabalhador, que nunca mediu esforços para dar continuidade ao crescimento com o mesmo denodo dos antepassados.

Com este voto de congratulações homenageamos toda a população de União da Vitória nos regozijando pelo feliz acontecimento e levando a todos o nosso abraço fraterno.

REQUERIMENTO N° 499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de PALMEIRA, pela passagem dos 174 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nesta oportunidade, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através

deste Deputado, homenageia a laboriosa população de Palmeira pela passagem dos seus 174 anos de emancipação política.

O Município de Palmeira completará dia 07 de abril seus 174 anos de fundação, para alegria de seus filhos.

Palmeira se consolidou como um dos principais polos de desenvolvimento da importante região dos Campos Gerais.

As tradições mais caras aos paranaenses, na economia, na cultura paranaense, no espírito de trabalho têm suas origens na cidade. Mas Palmeira é um respeitável acervo de tradições, que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Daquele rincão, modelos cívicos, morais, mentais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem paranaense, criado sob a influência da civilização dos campos gerais. Desenvolveu-se lá, além disso, uma economia pastoril, favorecida pelo tropeirismo que lhe possibilita a formação de uma aristocracia rural de marcante liderança. Daí as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia das famílias que lhe povoaram.

A nossa homenagem, pelos 174 anos, é devida a toda a laboriosa e culta população de Palmeira, homenagem esta dedicada igualmente aos seus administradores de todos os tempos.

REQUERIMENTO N° 500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Francisco Gomide, externando votos de congratulações, pela sua indicação para o cargo de direção da ITAI-PU-BINACIONAL.

A indicação do competente profissional Francisco Gomide para a direção daquela importante empresa, sem dúvidas acertada. Ao longo dos anos que dirigiu a COPEL, elevou o nome do Paraná no patamar nacional, demonstrando competência e seriedade. O Paraná e a COPEL, desfrutaram índices elevados de respeito por todos os brasileiros. Parabéns ao amigo Francisco Gomide. ITAI-PU está em boas e competentes mãos.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao JORNAL DO POVO de Maringá, pela comemoração

ração, no dia 31 do corrente mês, do seu aniversário de fundação, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Jornalista Verdelírio Barbosa - Diretor Proprietário, à Rua Afonso Pena, 58 - Maringá / PR.

No dia 31 de março de 1991, era fundado em Maringá, um novo jornal. Não se tratava, no entanto, de simplesmente mais um jornal, mas sim, de um veículo de comunicação que surgia com objetivos claramente definidos: o de informar com absoluta imparcialidade, todos os acontecimentos; posicionando-se também em defesa dos verdadeiros interesses do povo paranaense.

Nos dias de hoje, o "Jornal do Povo" tem se caracterizado, como ao longo de sua existência, com uma linha absolutamente séria, justificando, desta maneira, o seu próprio nome, o de um jornal popular.

É portanto, motivo de grande alegria para todos os paranaenses a comemoração do aniversário de fundação do Jornal do Povo.

A esta alegria o Poder Legislativo se associa como representante do povo, congratulando-se com a Direção do Jornal e seu corpo de profissionais, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, profundamente consternado, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em Ata de votos de grande pesar pelo trágico e prematuro desaparecimento da Senhora NILCE ALVES DE POLI MILANI e de sua irmã MARLI ALVES POLI OLIVEIRA, ocorrido no último dia 26.03.1993, em funesto acidente automobilístico.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Com profundo pesar que requeiro o presente voto de condolências à família da Senhora NILCE ALVES POLI MILANI e de sua irmã MARLI ALVES POLI OLIVEIRA, pelo trágico acidente que as vitimou, privando-nos a todos, de suas convivências.

A Senhora Nilce, funcionária desta Casa, ora trabalhando na Associação Paranaense das Senhoras de Deputados Estaduais, onde procurava desenvolver, e o conseguia, brilhante e profícuo gerenciamento das verbas sociais destinadas às entidades assistenciais do Estado, a todos atendendo com sua conhecida delicadeza e carinho, sempre objetivando o atendimento às parcelas mais carentes de nossa sociedade, sendo por tudo isto, e muito mais, extremamente benquista por todos nós.

Com seu prematuro desaparecimento,

perdemos os mais carentes, perde esta Casa, perdem os cada um de nós que privávamos de sua amizade. Perde o Município de Bocaiúva do Sul, uma de suas filhas mais ilustres; perdemos todos nós...

Que Deus, em Sua infinita bondade, a tenha em sua companhia, aquela que tudo fez no afã de dar aos mais carentes, uma existência mais digna e mais humana.

REQUERIMENTO N° 528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações, ao Líder Sindical de Paranaguá José Alexandrino Ferreira Neto, pela sua eleição como Vice-Presidente da Federação dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Estado do Paraná, realizada recentemente.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Paranaguá tem na atualidade um dos movimentos sindicais mais participativos do Estado do Paraná no processo das reivindicações coletivas de cada categoria profissional, bem como nos diversos setores de atividades, e por isso a eleição do líder sindical José Alexandrino Ferreira Neto, como Vice-Presidente da Federação dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Estado do Paraná, cuja posse será no próximo dia 24 de abril, representa um processo de avanço democrático da categoria dos condutores Autônomos.

José Alexandrino Ferreira Neto, atual Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Paranaguá, pertence a uma nova geração de lideranças sindicais que muito tem realizado pela sua classe no Estado e no Brasil, defendendo Autônomos, cujo trabalho diário com veículos pesados (caminhões) represente em termos de Porto de Paranaguá um avanço técnico em termos de movimentação portuária, contribuindo com o progresso de nosso Estado, onde a categoria nesses anos todos tem tido um comportamento dos mais exemplares em termos de vivência sindical. plares em termos de vivência sindical.

REQUERIMENTO N° 520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Louvor ao Telepaz, que há 22 (vinte e dois) anos vem proporcionando esperança de vida aos aflitos e necessitados pelo telefone 200-2222, sob a responsabilidade da Igreja Adventista.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Há 22 anos, pelo serviço Telepaz, telefone 200-2222, emite mensagem de conforto e esperança aos desesperançosos da vida. Nos últimos 18 (dezoito) anos, na voz do Pastor Wadyr Bechara, da Igreja Adventista do 7º Dia, tem conseguido salvar almas da miséria do pecado e do vício do alcoolismo e tabagismo e, conseqüentemente ao conhecimento das Promessas de Jesus, o Salvador.

REQUERIMENTO N° 501

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação na Ata dos trabalhos desta Sessão Plenária, de um Voto de Regozijo a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. COCAMAR, pela passagem do 30º aniversário de existência.

Fundada em 27 de março de 1963, essa Cooperativa tem como um de seus fundamentos básicos a proteção aos produtores da ação dos intermediários, regulando o mercado, estabelecendo parâmetros para um amplo processo de diversificação agropecuária, contribuindo para a expansão da economia do Paraná.

A COCAMAR conta com 10 mil produtores associados, com participação de qualidade. Qualidade, aliás, que é a grande marca dessas três décadas de importantes realizações e conquistas.

A existência da COCAMAR, tem sido nestes últimos 30 anos, de uma importância extrema, pelo senso de responsabilidade com que orienta seus associados, baseada na capacidade do seu corpo humano e na qualidade do equipamento tecnológico que utiliza.

É oportuno que se recorde também o início cheio de sacrifícios, desta Cooperativa que hoje ocupa lugar de destaque nacional.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 512

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de agilizar o término de uma construção iniciada no Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, localizado próximo ao Parque Barigüi. O pedido foi feito por pais de alunos do colégio, alegando que a construção foi iniciada do começo do ano passado e até agora não foi concluída.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 513

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua a Secretaria de Estado da Educação, para atender o pedido feito pelos pais de alunos da Escola Estadual Francisco Zardo, localizada em Santa Felicidade, quanto a falta de carteiras para as alunas do Curso de Magistério. Na falta de carteiras apropriadas, estão sendo utilizadas cadeirinhas de creche, prejudicando sensivelmente o andamento normal das aulas.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 514

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para sanar o problema de enchente na Rua Guaruva, nas proximidades do nº 179 - Bairro Santa Helena. Os moradores que fizeram esse pedido, afirmam que na esquina dessa rua existe uma galeria que foi construída com manilhas de 40 de diâmetro, porém deveriam ter sido utilizadas as de 60 de diâmetro. Pelo motivo de não serem construídas com as manilhas certas, vem ocorrendo enchente nas casas. Pedem urgência ao atendimento do pedido devido aos sérios problemas que todos estão passando, além do risco de doenças que possam contrair.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 515

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Júlia Kankel Glodzinski, localizada no bairro do Abranches, quanto ao fornecimento de água. Reclamam que a falta é diária, somente há o fornecimento após às 10:00 hs da noite e, que de manhã é interrompido. Em decorrência de tal fato, os moradores têm sofrido muitas conseqüências desagradáveis, portanto pedem urgência na solução do problema.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 516

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Avenida Nossa Senhora de Nazaré, nas proximidades do n° 1772 - Bairro Boa Vista, para desentupir o esgoto que está para o lado de fora do muro. Pedem urgência, pois além de mau cheiro, há o perigo de contraírem doenças.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 517

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para atender o pedido feito pelos moradores da Rua Luiz Burda, nas proximidades do n° 265, localizada na Vila Pompéia - Tatuquara, quanto a limpeza na rede de esgotos da referida rua. Afirmam que há entupimento, chegando ao ponto da sujeira entrar em suas casas. Pedem urgência no atendimento, pois está se tornando impossível de conviver com tal situação, além de correrem o risco de contrair doenças.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 518

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Diogo Mugliatti, localizada no Bairro do Boqueirão, para que sane o problema do esgoto que está voltando para os seus terrenos. Alegam que não é manilha entupida, e sim, a rede de esgotos que está causando o problema. Pedem urgência no atendimento devido aos transtornos que estão ocorrendo para a população, nas proximidades do n° 1198 da citada rua.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as medidas necessárias visando a pavimentação asfáltica da estrada ligando o município de Guaraniaçu a Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Essas duas importantes cidades do nosso Estado, Guaraniaçu e Altamira do Paraná, com a pavimentação da estrada que as interliga, experimentarão um maior desenvolvimento e progresso, vindo a fortalecer ainda mais a integração entre as duas comunidades.

Temos certeza que com a pavimentação dessa estrada será intensificado o tráfego de veículos, principalmente de caminhões que transportam a safra, trazendo um maior desenvolvimento econômico à região e ao Paraná.

REQUERIMENTO N° 523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as medidas necessárias visando a pavimentação asfáltica da estrada ligando o Município de Três Barras do Paraná ao de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de importante via de ligação entre esses dois pujantes Municípios, e que necessita de urgente pavimentação asfáltica para facilitar o tráfego de veículos, principalmente os pesados que transportam a safra agrícola.

O precário estado de conservação da estrada vem causando sérios prejuízos aos proprietários de veículos que por ela trafegam, dificultando ainda, uma maior integração entre os Municípios, inibindo dessa forma a possibilidade de um maior crescimento econômico, que poderá aumentar consideravelmente com a pavimentação da via.

REQUERIMENTO N° 530

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de Escola Técnica Agrícola a nível de 2° grau no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O Município de Marechal Cândido Rondon, tem hoje uma população estudantil a nível de 2º grau, constituída na sua maioria de filhos de agricultores. O que temos observado em nossa região, é a falta de ações no meio rural. Não existe nenhum programa que desperte o interesse do jovem pelos conhecimentos da tecnologia no cultivo da terra.

Cabe ao governo, oferecer condições para que a juventude ruralista, possa ter acesso as novas técnicas e desenvolver outras, através da pesquisa científica. Certamente proporcionará o aumento da produção, e a curto prazo, resolver os graves problemas da agricultura.

Entendemos que, com a implantação da referida escola, daremos aos secundaristas a possibilidade de concluir o 2º grau com curso técnico e buscar novas alternativas na própria região.

REQUERIMENTO N° 533

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as medidas necessárias visando a pavimentação asfáltica da estrada ligando a sede do Município de Boa Vista da Aparecida ao Distrito de Juvinópolis.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação da estrada em referência é uma antiga reivindicação das comunidades, que vêm com a pavimentação uma forma do distrito de Juvinópolis experimentar um maior crescimento econômico.

O precário estado dessa via vem prejudicando o tráfego de veículos, principalmente de caminhões, o que de certa forma inibe uma maior integração entre as duas comunidades, deixando de ganhar muitos benefícios que certamente advirão com a pavimentação da mesma.

REQUERIMENTO N° 498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente Doutor Itamar Franco, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Doutor Lázaro Barbosa e ao Senador José Eduardo Andrade Vieira, Ministro de Estado da Indústria e Comércio, no sentido de determinarem estudos, em caráter de urgência, quanto a retirada da taxa de 27,9% para o trigo importado em

detrimento ao trigo nacional.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A taxa de 27,9% para o trigo importado trará certamente um duro golpe para a agricultura nacional especial para a triticultura da Região Sul.

Os governadores dos quatro estados do CODESUL estão levando ao Governo Federal as preocupações dos produtores agrícolas do sul especialmente quanto ao trigo onde o Governo decidiu retirar a taxa de 27,9% para o trigo importado, subsidiando aquele, em detrimento ao trigo nacional.

Em consequência dessa medida adotada pelo Governo Federal, está prevista no Paraná uma redução em 50% da área plantada, com isso os prejuízos serão grandes para o País, pois certamente teremos que importar mais ou menos quatro milhões de toneladas de trigo. Essa medida além do prejuízo financeiro trará inevitavelmente o desemprego tanto no campo como nas cidades que poderá atingir oitocentas mil pessoas direta e indiretamente.

REQUERIMENTO N° 503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, Elias Abrahão, com o intuito de solicitar a liberação de recursos financeiros destinados à construção da sede da Escola da APAE - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais no Município de Rio Azul.

Tal pleito fundamenta-se na realidade em que se encontram as dependências da atual sede da escola, que não oferece espaço físico necessário ao bom funcionamento, comprometendo assim, o atendimento aos alunos.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com intuito da liberação de materiais odontológicos para a Municipalidade de Peabiru.

Atualmente, não vem sendo possível atender a contento a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os

problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos até mesmo como trabalho preventivo.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com intuito da liberação de materiais odontológicos para a Municipalidade de Prudentópolis.

Atualmente, não vem sendo possível atender a contento a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos até mesmo como trabalho preventivo.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, envio de expediente oficial ao Ministro de Estado da Indústria e do Comércio José Eduardo de Andrade Vieira, sob o risco de inviabilização da Triticultura Nacional.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com o fim da tarifa adicional de 27,9% nas importações do trigo americano, a triticultura nacional corre o risco de enfrentar uma crise sem precedentes, pois com 60% da última safra a ser comercializada e com dificuldades de colocação no mercado por falta de interesse dos moageiros que estocaram antes da entrada em vigor da referida portaria, a produção nacional corre o risco de desaparecer.

REQUERIMENTO N° 529

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação ou comodato de um veículo ambulância para o Município de Entre Rios do Oeste.

Sala das Sessões, em 30.03.93

JUSTIFICATIVA:

O recém-criado Município de Entre Rios do Oeste, através da Câmara Municipal, aprovou por unanimidade, requerimento do ilustre Vereador Arcildo Rafael Maldaner, reivindicando ambulância para a comunidade.

Apoio a iniciativa do companheiro, pois sei que o objetivo é proporcionar locomoção adequada àquelas famílias de baixo poder aquisitivo, que se deslocam dos distritos para a sede ou para outros centros, em busca de assistência médica-hospitalar e tratamento especializado. A obtenção do referido veículo dará condições de melhor atender a grande demanda.

REQUERIMENTO N° 531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, sugerindo a adoção, pela Polícia Militar, de um aplique da bandeira do Estado do Paraná, para uso na manga direita dos uniformes de serviço.

Saliente-se que dito procedimento já vem sendo tomado pelas Polícias Militares de vários Estados da Federação, numa atitude de respeito e melhor apresentação perante a população.

Sala das Sessões, em 30.03.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Os próprios termos do presente justificam-no plenamente.

REQUERIMENTO N° 519

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja feito expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando que adote providências, para que seja atendido o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES, por parte do órgão competente:

1. Por quê o Teatro Guaíra não está mais sendo empregado durante o dia, para as apresentações de teatro infantil?

2. As Companhias de Teatro que faziam aquelas apresentações eram paranaenses?

3. Quanto se cobravam para tais apresentações?

4. Há estatística de quantas crianças assistiram montagens em 1991? Neste período do dia.

Justificamos tal pedido, diante de inúmeras reclamações de pais de alunos de Escolas da grande Curitiba, e de muitos professores, que durante os últimos anos, organizavam caravanas durante o dia, para que as crianças pudessem participar de

eventos promovidos no Teatro Guaíra. A mudança de administração do Guaíra criou empecilhos para tais exposições, evitando que a cultura se aproxime do povo, principalmente das crianças, que desde cedo poderiam ampliar seus conhecimentos.

Parece-nos ser necessário uma explicação a respeito, daí nosso Pedido de Informações.

Sala as Sessões, em 30.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Moacir Favetti, solicitando informações sobre o andamento do processo que diz respeito ao ocorrido em setembro de 1991, na Fazenda Caldatti/Badotti, município de Ibema, quando um grupo de Sem-Terra efetuou desarmamento de pistoleiros, armas estas de grosso calibre e algumas de uso exclusivo do exército, e que foram entregues à SSP-PR, na pessoa do Secretário, para que fossem tomadas as devidas providências.

Sala das Sessões, em 30.04.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Doutor Rosinha, Toti Colaço, Ernani Pudell, Paulo Maia, Colombino Grassano e Cezar Silvestri.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 098/93 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Promocional e Creche Aracy Soares Santos, com sede e foro no Município de Londrina-Pr.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva declarar de utilidade pública estadual o Centro Promocional e Creche Aracy Soares Santos.

Em funcionamento há aproximadamente seis anos, a entidade tem prestado inúmeros e relevantes serviços à comunidade local, através de abrangentes serviços no campo da assistência social, bem como nas demais atividades previstas nos seus estatutos.

É importante salientar que a mesma não remunera os membros de sua direção e, atende ainda, às demais exigências da lei

dora das declarações de utilidade pública, conforme documentação anexa.

As carências econômicas naturais de um país de terceiro mundo concorrem, de forma preponderante, para que entidades como a referida Associação sejam obrigadas a recorrer a procedimentos de declaração de utilidade pública, auferindo benefícios que lhes possibilitem o prosseguimento de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 099/93 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Moradores das Paineiras "ASBEMOPA", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva declarar de utilidade pública estadual a Associação Beneficente dos Moradores das Paineiras "ASBEMOPA" em funcionamento desde 1981, cujo estatuto prevê atividades e objetivos voltados à melhoria das condições de vida dos moradores do Bairro Paineiras, nesta Capital.

É importante salientar que a mesma não remunera os membros de sua direção e, atende ainda, às demais exigências da lei reguladora das declarações de utilidade pública, conforme documentação anexa.

PROJETO DE LEI Nº 100/93 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Municipal Pronto Socorro", com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A instituição que se deseja beneficiar e reconhecer com a declaração de Utilidade Pública do Estado do Paraná, atende a centenas de pessoas oriundas da camada mais pobre da população, fornecendo-lhes os primeiros socorros e encaminhamento, quando necessário, aos hospitais do Município. A fim de que estes importantes serviços possam continuar a ser prestados com eficiência e presteza é necessário anga-

riar recursos de todos os setores possíveis.

Desta forma, exortamos os nobres Pares desta Casa para que dêem sustentação a este pedido, por ser uma iniciativa das mais justas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós estamos entrando, hoje, com um voto de regozijo à Cooperativa de Cafeicultores de Agropecuarista de Maringá Ltda - COCAMAR - pelo seu 30º ano de fundação.

COCAMAR - 30 anos.

Um grande marco na história do Paraná merece o registro permanente no Anais desta Casa. Refiro-me ao aniversário dos 30 anos da COCAMAR. É, na verdade, uma cooperativa jovem, porém, grande, poderosa e de futuro certo. Ela ocupa o terceiro lugar em tamanho entre as cooperativas do Brasil, mas é campeã absoluta entre todas na qualidade de seus produtos, serviços e tecnologia de ponta. Na verdade é uma autêntica bandeirante na abertura de novos caminhos e solução segura para a nova era.

"O futuro nós fazemos juntos." É o slogan da COCAMAR.

A COCAMAR completou neste 27 de março 30 anos de fundação. Uma história que enche de orgulho não só os maringaenses. A cooperativa, afinal, atua sobre várias outras regiões brasileiras: Noroeste e parte do Norte e Oeste do Paraná, Nordeste e Sul do Mato Grosso do Sul e Sul de Goiás. São mais de 100 municípios sob uma área de influência onde são produzidos soja, algodão, milho, trigo, casulos do bicho-da-seda, café, leite, carne, arroz, feijão, aveia, amendoim, mamona, cana-de-açúcar, mandioca, laranja e canola. A COCAMAR conta com mais de 10 mil produtores associados, com a participação de qualidade. Qualidade, aliás, que é a grande marca dessas três décadas de importantes realizações e conquistas.

COCAMAR DE HOJE

Número de produtores associados - 10.040;

Área total cadastrada de associados - 842.048,50 ha;

Área de abrangência - Noroeste, parte do Norte e Oeste do Estado do Paraná, Nordeste e Sul do Mato Grosso do Sul e Sul de Goiás;

Produtos que recebe - soja, algodão, trigo, café, milho, casulo do bicho-da-seda, arroz feijão, tricale, girassol, aveia, amendoim em casca, canola, cana-de-

-açúcar, mandioca para fécula, laranja, leite in natura.

Capacidade estática de armazenagem - 725.000 t;

Número de entrepostos - 38;

Número de funcionários - 3.118;

Parque industrial 1-

- extração de óleo e farelo de soja... 1.300 t/dia de soja.

- extração de óleo de farelo de algodão ... 400 t/dia de algodão.

- refinaria de óleo de soja ... 240 t/dia de óleo bruto.

- envase de óleo refinado de soja ... 194.400 garrafas 900 ml/dia.

- indústria de fios de algodão ... 25 t/dia de fios.

- torrefação e moagem de café ... 12 sacas 60 Kg/hora.

Parque industrial 2 -

- indústria de fios de seda ... 500 t/ano de fios.

Outras unidades:

- destilaria de álcool ... 27 milhões litros/ano.

- fecularia ... 150 t/dia de raiz mandioca.

Exportação - farelo e óleo bruto de soja, algodão em pluma, farelo e óleo semi-refinado de algodão, linter de caroço de algodão, fios de algodão, fios de seda e resíduos, casulos secos e cortados, ovos do bicho-da-seda, café.

Beneficiado:

Fazenda experimental Cocamar ... 262 hectares;

Área de reflorestamento energético ... 1.643 hectares;

Instituto de Sementagem e chocadeiras do bicho-da-seda ... 1.200 Kg/ovos de sirgo/mês.

Serviços prestados - assistência técnica, cursos de treinamento, fornecimento de insumos agropecuários, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, peças e acessórios, planejamento meteorológico, usina de preservação de madeira para venda de materiais para cerca e construções rústicas, assistência médica e dentária a cooperados, funcionários e familiares.

Principais recebimentos em 92 (t):

- soja - 200.054

- trigo - 96.797

- algodão - 55.223

- milho - 68.335

- café - 17.726

- casulos - 2.729

- mandioca - 6.983

- laranja - 3.672

- leite in natura - 3.465

Faturamento bruto:

US\$ 204.844.077,27

Exportações:

US\$ 32.864.077,27

Nós entramos com voto de regozijo e é uma satisfação para nós, Deputado da região Noroeste em especial de Maringá, sermos autor deste requerimento e para o qual nós pedimos o apoio de todos os nossos companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados

Em mensagem de 18.03.93, o Poder Executivo pede a Assembléia Legislativa do Paraná, que suste RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que equiparou os vencimentos dos Desembargadores com os subsídios dos Deputados desta Casa.

A matéria não é de competência desta Assembléia, mas sim do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

A Constituição Federal, em seu artigo 102, diz o seguinte:

"Compete ao Supremo Tribunal Federal precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - Processar e julgar originariamente:

a) Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;

.....

.....

n) A ação em que todos os membros da Magistratura seja direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do Tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

.....

p) O pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

E harmonicamente estabelece o artigo 103 da Carta Magna, ao discriminar quem pode ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Art. 103 - Podem propor ação de inconstitucionalidade:

I -

II -

.....

V - O Governador do Estado;

Portanto, não existe a menor dúvida de que é o Supremo Tribunal Federal quem tem competência para apreciar a matéria, inclusive e especialmente, a medida cautelar de sustação dos atos normativos de que forem inquinados de inconstitucionais como é

o da pretensão de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado.

O que nos intriga é que disto tem ciência o Governo do Paraná pois é useiro e vezeiro em impetrar ações de inconstitucionalidade.

Mesmo contra esta Assembléia, por inúmeras vezes o atual Governador já nos acionou sabendo pois que também esta Resolução do Tribunal de Justiça é de competência do Supremo Tribunal Federal dizer se é inconstitucional e não os legisladores do Paraná que não são juizes e como tal não podem usurpar a prerrogativa do Supremo Tribunal Federal.

Quer me parecer que não é engano do Senhor Governador pedir à Assembléia Legislativa que suste atos do Judiciário. Não. Um erro tão grosseiro e primário não seria cometido por mais simples dos homens e especial o conhecimento que tem Sua Excelência, o Senhor Governador não se equipara a esses mais simples dos homens.

Cito apenas dois exemplos: o primeiro é a ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo ex-Governador Álvaro Dias e sustada pelo atual, contra leis desta Casa, sancionadas, aliás, pelo ilustre Presidente Deputado Orlando Pessuti, que são as leis n.ºs 9.498 e 9.499, de 28.12.90, que extinguíram o antigo FEPPA.

A outra é a recente ação contra o plebiscito que definirá a forma e o sistema de Governo.

Que fique bem claro, pois, que o erro de Sua Excelência, o Senhor Governador não é por ignorância da sistemática jurídica.

Dá ele uma cartada de jogo político ao tentar....

(Término do Tempo).

Eu solicito o horário da Liderança do PDT.

(Assentimento).

... ao tentar arditosamente envolver este Poder na atual guerra que vem travando com o Judiciário paranaense, como brilhantemente expôs aqui o nobre Deputado Algaci Túlio quando também demonstrou a inconveniência de termos aqui a discussão sobre uma matéria para a qual não é nossa competência.

Como líder do PDT nesta Casa e membro da Comissão de Constituição e Justiça concito os nobres pares para que acompanhem a nossa posição que antes e acima de tudo não é contra Sua Excelência, o Governador do Estado, Roberto Requião, nem a favor dos Desembargadores, mas representa uma questão de princípios.

Como Legisladores temos que dar exemplo. A Constituição acima de tudo. Se o Governador quer ver declarada inconstitucional a Resolução dos Senhores Desembargadores, que dirija-se, obviamente, ao Su-

premo Tribunal Federal, competente para dirimir a questão.

Este é o entendimento sereno e correto que deve ter esta Casa. Qualquer outro é entrarmos numa aventura em que o mínimo será estarmos usurpando competência do Supremo Tribunal Federal ou pior, é nos tornarmos instrumentos e mera massa de manobra na mão do Executivo para tumultuar ainda mais o quadro paranaense.

Por tudo isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acreditamos que não lhe cabe uma outra alternativa senão avocar a matéria e de imediato devolvê-la ao Poder Executivo, ou quando acelerar a sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça para que seja imediatamente apreciada e cesse o desgaste em termos desta Casa ou que esta Casa possa ter, ou ainda, ficar retendo a matéria que não é de sua competência, porque antes e acima de tudo, é uma questão de princípios e como tal, não se transige.

Por isso Senhor Presidente, deixamos clara a nossa posição pública e preocupação quanto ao impasse que está se criando entre Executivo, Judiciário e agora a tentativa de se envolver o Poder Legislativo.

Concedo aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência está abordando com muita objetividade, um assunto que tem preocupado essa Assembléia Legislativa ou a grande parte de Deputados que compõem esta Casa, porque não é matéria que diz respeito ao Poder Legislativo, aliás, nós ficamos mais tranquilizados quando o Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Erondy Silvério, deu nota aos jornais, dizendo que não competia ao Poder Legislativo apreciar uma matéria, onde a competência seria do Executivo, em arguir de inconstitucional qualquer medida do Poder Judiciário e o discurso de Vossa Excelência veio numa hora certa, porque nós acabamos de ouvir o 1º Secretário, em exercício, desta Casa ler um expediente do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ronald Acioly, encaminhando a esta Casa, Mensagem propondo a isonomia de vencimentos dos Senhores Desembargadores com os Deputados estaduais. Isso é matéria da competência da Assembléia Legislativa, votar aumento de vencimentos ou estabelecer normas para que sejam feitas todas as conversões necessárias nos padrões de vencimentos dos funcionários públicos, nos quais se inclui a Magistratura, de modo que o objetivo de Vossa Excelência, é certo, e nós esperamos que o Senhor Deputado Erondy Silvério confirme na Comissão de Justiça, aquilo que ele declarou aos jornais, de que é da nossa competência, apreciar essa matéria e

nesse conflito entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário nós deveremos ser meros e privilegiados expectadores.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e Vossa Excelência cita muito bem que a nossa preocupação se prende ao fato de quando nós vemos a Mensagem, enviada através do Ofício 173/93 do Tribunal de Justiça. Já havíamos também, além de termos lido pela imprensa, já havíamos comentado com o Presidente da CCJ que tem essa visão e nós, obviamente, não temos poderes aqui para declarar a isonomia entre os três Poderes. A nossa preocupação se prende ao fato de uma matéria polêmica que se encontra na Casa e que até a presente data não teve destino. Por isso nós acreditamos que o mais breve possível e após ter chegado esta Mensagem do Tribunal de Justiça, termos que fazer a análise e remeter o Projeto de Resolução ou a tentativa da derrubada ao parecer desta Casa, remeter ao órgão competente, que é o Supremo Tribunal Federal.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, a palavra está com o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero, ocupando do Grande Expediente desta Casa, em primeiro lugar tratar da questão separatista, bem como trazer aqui os argumentos pela unidade política e administrativa do Estado do Paraná.

A má inspiração que dá fundamento ao debate que hoje se tem em torno da criação de um novo Estado, pode-se comprovar pelo fato de que se inspira, o Projeto de separação, em ato antijurídico da Ditadura Vargas - de 37 a 45 -, que delimitou em terras historicamente pertencentes ao Paraná e a Santa Catarina, uma faixa de fronteiras sob a denominação de Território Federal do Iguaçu, a título de medida de defesa da Segurança Nacional. Inclua-se aí, portanto, a tese do Estado do Iguaçu, a conhecida entre nós Doutrina de Segurança Nacional.

Segundo o Senhor Gustavo Ribas, filho do então Interventor Manuel Ribas, seu pai procurou opor-se à criação do Território Federal do Iguaçu, sendo aconselhado por Vargas a atenuar as suas críticas, porque a medida decorria de determinações militares.

Logo à frente, tentaria demonstrar, a partir de depoimentos do Professor de História da Universidade Federal do Paraná, que a oposição do então Governador Manuel Ribas não foi assim tão enfática à criação

do Estado do Iguaçu.

Há também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a especificidade de os sujeitos atuais do Projeto de criação do Estado do Iguaçu, serem sujeitos ilegítimos. Não decorre o Projeto separatista de autênticas e orgânicas lideranças do Oeste e Sudoeste do Paraná.

É de se ver que o conjunto das entidades e lideranças organizadas das sociedades civis do Oeste e Sudoeste, não estão integradas neste processo e neste debate.

É importante também que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Senhor Presidente, possa ter em conta e na Ordem do Dia que o Projeto separatista apresenta origem forânea, não guarda relação com os interesses do Paraná. Não foi engendrado nem pensado pela intelectualidade e pelas forças políticas do Estado do Paraná.

Baseia-se, o Projeto separatista, num estudo de viabilidade elaborado pela Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

A mais séria desvantagem intrínseca de um novo Estado, com o desenho proposto do Projeto separatista, será a sua mediterraneidade, com todas as conseqüências adversas e decorrentes a serem observadas por analogia, em situações como a de Estados mediterrâneos do Brasil e de Repúblicas como a do Paraguai. A mediterraneidade do novo Estado que se pretende criar, é um fator objetivo de limitação do desenvolvimento.

Quero aqui juntar os argumentos em favor da unidade do Paraná.

O Paraná é um projeto civilizatório!

A história do Paraná é a história da reunião, em seu espaço físico, de correntes migratórias de todos os quadrantes do Brasil e de todas as procedências globais. Fenômeno sem paralelo pela diversidade de vertentes culturais aqui reunidas, nem mesmo o processo civilizatório norte-americano pode ser-lhe comparado. A síntese das contribuições multiétnicas, multifacetadas dos migrantes aqui recebidos, é uma síntese ainda a caminho. E síntese que resultará na formação de um brasileiro novo, que será a soma de todos os brasis e de todos os quadrantes da terra.

O Paraná é uma economia unitária!

As atuais dimensões territoriais do Paraná configuram o cenário ideal para a formação de uma economia organicamente integrada, com excelente escala para o aproveitamento energético, a implantação de uma completa infra-estrutura de transportes, a diversificação em integração de diversas culturas agrícolas, a divisão integrada do trabalho industrial. Nem menos, nem mais tamanho nos serviria! O Paraná é de bom tamanho! O Paraná é uma economia unitária!

As instituições políticas paranaenses são acessíveis ao talento.

As eleições governamentais de 1986 podem servir como campo privilegiado de observação do grau de permeabilidade das instituições políticas paranaenses.

Na ocasião, concorreram ao Governo do Estado, um paranaense de Quatá, São Paulo, o Senhor Álvaro Dias; um paranaense natural do Ceará, o Senhor Alencar Furtado; um paranaense de Itajaí, Santa Catarina, o Senhor Garcez; entre outros.

A própria lista dos últimos governadores do Paraná serve como a melhor prova da ausência de domínio político regional em nosso Estado. O Paraná é um projeto de auto-determinação e de auto-governo. A História o demonstra.

Pude, revendo as anotações da obra "Paraná Sudoeste - Ocupação e Colonização" - de autoria de Rui Cristóvão Wachowicz - verificar que não é possível nem razoável, para anular as pretensões separatistas, apenas colocar estas pretensões no terreno regionalizado ou da contemporaneidade, ou então das forças políticas que atualmente se movimentam.

Quero - antes de tratar da obra do Professor Rui Wachowicz, que dá conta, com riqueza de detalhes, dos interesses envolvidos na questão do movimento separatista, hoje em curso - lembrar aqui de uma expressão do Professor Reinhard Maack - que é geógrafo, autor da obra "Geografia Física do Estado do Paraná", de 1968 - que diz que "as bases geográficas e geológicas naturais do Estado do Paraná, as zonas climáticas naturais sub-tropicais e temperadas, com precipitações generosas distribuídas por todos os meses do ano, os extensos complexos de solos férteis, de terras roxas, assim como diversos outros tipos de solo destas zonas climáticas, caracterizam o Paraná como um Estado de maior futuro".

Este depoimento é de 1968, e guarda a maior atualidade, até porque anunciado por uma das maiores autoridades da geografia do Estado do Paraná, um estrangeiro que aqui esteve e conheceu em profundidade as dimensões e as possibilidades do Paraná, afirma que o Paraná é o Estado com a maior possibilidade de futuro.

Mas, é interessante notar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a questão separatista data de 1920. Notadamente na década de 30 veio à tona entre a intelectualidade brasileira, diz o Professor Rui Wachowicz, o problema da redivisão administrativa do território brasileiro.

A criação dos territórios federais era sugestão da Comissão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Daí, também, o caráter foreiro desta proposta, que não guarda relação e identidade com os inte-

resses do Estado do Paraná. Proposta de 1933 sugeria a criação de dez territórios federais, entre os quais o Estado do Iguaçu, compreendendo o Oeste e Sudoeste do Paraná, bem como o Leste de Santa Catarina.

Outra sugestão, como a de Teixeira de Freitas, de 1929, recomendava, entre outras modificações, a fusão dos Estados do Paraná e Santa Catarina, para formarem o Estado do Iguaçu.

Mas, é importante que tendo assumido, e este é um detalhe da maior significação para análise do movimento atual, assumindo Getúlio Vargas o Governo da Nação, foi nomeado Interventor Federal, no Paraná, o General Mário Tourinho, ficando Plínio Tourinho no Comando da Região Militar.

Mário Tourinho, uma vez no poder, pôs em prática um audacioso e ambicioso plano de restabelecer a confiança do Estado do Paraná, tanto no Oeste como no Sudoeste.

Eu criei a questão que se põe hoje, na Ordem do Dia, do separatismo, deve significar também o relançamento de teses que recolorem a economia regional do Oeste e Sudoeste do Paraná na sua devida dimensão.

Tive oportunidade de, ainda hoje pela manhã, dizer ao vice-Governador do Estado, que a decisão do Governo de construir a Rodovia da Produção, a FERROESTE, é uma decisão que sinaliza, justamente, aquilo que já nas décadas de 20 e 30 se tinha.

Historicamente, as forças políticas separatistas se opunham ao fato de que a presença do Estado do Paraná naquela região se fizesse sentir apenas de dois modos: pela sua polícia e pela seu fisco. É verdade, hoje a realidade paranaense e a realidade daquela economia recolocam em novas bases a perspectiva de desenvolvimento do Estado do Paraná, e aí se inclui o desenvolvimento energético; aí se inclui a obra de Caxias; aí se inclui a obra de Itaipu; aí se inclui o complexo de obras do setor rodoviário; aí se inclui a necessidade de construção de uma Universidade autêntica, popular e democrática naquela região.

Há um conjunto de bandeiras que não podem ser perdidas para oportunistas, para setores tradicional e historicamente vinculados aos interesses da nação. Chamou-me a atenção o fato de que em 1968, tendo já em 57 havido o "levante dos posseiros", dando base à formação de uma Junta Governativa do Estado do Iguaçu e onde se reuniam, diz o Professor Rui Wachowicz, no denominado o Palácio do Governo, o fato de que, em 68, enquanto tombavam estudantes e militantes na luta operária e na luta política do nosso País, na cidade de Pato Branco, com a presença do Deputado autor legal do Projeto Separatista, Deputado Federal Edí Siliprandi, sob o comando do De-

putado Federal Edí Siliprandi, a pretexto de discutir, no Primeiro Congresso das Forças Vivas, a criação do Estado do Iguaçu, durante cerca de quinze minutos de pé, todos os presentes naquela evento e naquela confraternização, aplaudiram o general-ditador Costa e Silva.

Interessante observar que em 68, como base desse movimento, o principal resultado de reunião, a principal conclusão que se teve consistiu em buscar integrar o então Ministro do Exército, o Chefe do SNI - Serviço Nacional de Informações e outras figuras vinculadas à repressão política, vinculadas à ditadura, vinculadas ao Regime Militar. A ilegitimidade dos sujeitos da época, não os históricos e populares, mas dos sujeitos que, encampando a idéia, a boa idéia de revitalizar a região com incremento do desenvolvimento, é a ilegitimidade de hoje é a ilegitimidade que vicia de morte esse Projeto.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa Assembléia, bem como, o conjunto das forças políticas desse Estado deverá saber compreender e distinguir os interesses que estão anucleados em torno de Projetos conservadores que não guardam relação com os propósitos de desenvolvimento do Estado, daqueles mais amplos da população do Oeste e Sudoeste do Estado que desejam desenvolvimento, que desejam democracia, que desejam justiça tributária, que desejam chegar e fazer chegar àquela Região os direitos conquistados pelas populações do Sul e do Norte do Estado.

Falo com muita tranqüilidade porque tendo nascido em Curitiba e só chegando ao Oeste do Estado em 64 coloco-me como homem que não pode aceitar, do ponto de vista psicológico e cultural que o transporte entre a nossa Capital, a cidade de Curitiba, e aquela Região signifique o transporte e o transladar entre dois Estados.

Demarcando essa posição, quero, aproveitando ainda do horário do Grande Expediente, dentro desse esforço de construção de relações políticas maduras, corretas entre as forças de apoio ao Governo e as forças que lhe fazem oposição, trazer alguns esclarecimentos: em primeiro lugar, ao Deputado Erondy Silvério que dias atrás em manifestações dizia de sua preocupação em relação a procedimentos havidos pelo Exército Brasileiro para construção da Ferrovia da Produção.

Dizia o Deputado Erondy Silvério que os recursos destinados às obras da FERROESTE em parte estavam ensejando obras do Exército Brasileiro na cidade de Lages em uma das bases militares da unidade que é responsável pela construção da FERROESTE. Pude conferir isso junto à Presidência da FERROESTE, que pessoalmente estive no

local de construção, onde na verdade houve sim uma pequena construção de guarita sem nenhuma relação com as obras da FERROESTE e portanto também sem nenhuma relação com os recursos que são recursos devidos ao Exército a título de taxa de administração pela execução daquela obra. Prevê o contrato uma taxa de administração da ordem de 10% sobre o volume global de execução previsto em contrato e a obra que se tem em Lages é uma obra de pequena monta feita com recursos próprios do orçamento consignado pela União ao Exército brasileiro.

Do mesmo modo, pode ter em conta há o cumprimento rigoroso por parte do Exército brasileiro, das autoridades administrativas encarregadas de executar as obras da FERROESTE ao Decreto 700 e não ao Decreto 2300. Portanto, mesmo as licitações que variam entre setenta e um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, são obras e serviços de engenharia, estão condicionadas à prévia publicação no Diário Oficial e na imprensa particular. Do mesmo modo, há a exigência de preço máximo, o que assegura, e essa é a palavra do Diretor-Presidente da FERROESTE, as condições de controle por parte do Governo do Estado na administração daquela obra. Disse ainda o Deputado Erondy Silvério que as obras estavam sendo subcontratadas. Lendo o termo de convênio assinado que constitui verdadeiro contrato de gerenciamento, entre o Exército brasileiro e o Governo do Estado, há o permissivo da subcontratação.

Diz o doutrinador Hely Lopes Meirelles não é imperativo que no contrato de gerenciamento ou no convênio de gerenciamento o conjunto da obra seja realizado pela entidade conveniada, pela entidade contratada. É preciso, sim, que a entidade contratada assumam o conjunto das responsabilidades técnicas de execução pela obra, podendo promover a subcontratação.

A subcontratação, portanto, estava prevista no convênio original e está sendo executada apenas - e é a informação que tenho da FERROESTE - para pequenas obras, bem como para algumas obras de arte, para um total que não deverá ultrapassar até a conclusão da obra a 10% do conjunto do empreendimento.

Portanto, todas as questões suscitadas pelo Deputado Erondy Silvério podem ser esclarecidas a partir dessas informações. Há idoneidade por parte do Exército brasileiro na condução dessas obras. Há controle por parte do Governo do Estado de todas as medidas adotadas e acredito esta Assembleia Legislativa pode manter-se tranqüila em relação ao objetivo final de conclusão do empreendimento.

Com o aparte o Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura - Quero cumprimentá-lo

pelo pronunciamento que faz em relação à FERROESTE e dizer que são positivos os esclarecimentos de Vossa Excelência em relação a esta questão.

De fato, nós também que acompanhamos a execução desta importante obra que o Governo do Paraná executa em parceria com o Exército Nacional, temos que dizer que é limpo e é claro todo o procedimento administrativo prescrito pela FERROESTE e pelo Governo do Estado. E dizer, Deputado Bona Turra, Vossa Excelência que é também representante do Oeste do Paraná nesta Assembleia, da importância, da força e do progresso que a FERROESTE representa para o Oeste do Estado. De fato, Guaraniaçu, por exemplo, que sedia um Batalhão do Exército Nacional hoje vive em pleno emprego. Em Guaraniaçu não existem desempregados em função do forte volume de trabalho oferecido pelas obras da FERROESTE.

Por isso, Deputado Bona Turra, cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz nesta tarde, esclarecendo a lisura no processo administrativo que norteia a execução da FERROESTE tanto pelo Exército Nacional quanto pelo Governo do Estado do Paraná.

O SR. BONA TURRA - Obrigado Deputado Nereu Moura. Mas quero também, com o Deputado Colombino Grassano esclarecer o seguinte: pude acompanhar dias atrás debate que me parece debate secundário, mas que deve merecer a contra argumentação, diz respeito à viagem promovida pelo vice-Governador do Estado ao Norte do Paraná. Dizia o Deputado Colombino Grassano de sua preocupação quanto ao uso de aeronave oficial pelo vice-Governador com a finalidade de participar de debate sobre o plebiscito que se realiza em 21 de abril. A questão me remete a debate havido entre o jornalista Clóvis Rossi e o então chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, Bresser Pereira. Clóvis Rossi, jornalista arguto, experiente e crítico, questionava o então Chefe da Casa Civil sobre a validade, a correção do governo Montoro ao promover em Palácio grande concentração política de prefeitos e vereadores com o objetivo de lançar a plataforma de luta pelas diretas à Presidência da República. E o então Chefe da Casa Civil, Bresser Pereira, durante cerca de dez minutos buscava explicar-se dizendo que aquilo não significava uso da máquina oficial com fins políticos. Ao cabo desses dez minutos, o Jornalista Clóvis Rossi, rindo muito, dizia que só no Brasil os partidos políticos, quando chegam ao poder, pedem desculpas por fazer política.

Entendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é preciso a vigilância desta Casa, do Poder Legislativo para a improbi-

dade; é preciso vigilância para a corrupção; é preciso vigilância para a omissão, negligência e todas as formas nocivas de exercício de poder político. Mas é preciso a vigilância dessa Casa e a exigência desta Casa de que todos os agentes políticos façam política. Entendo que o exercício da política é ínsita, não apenas à atividade que exerce o vice-Governador do Estado, o Governador do Estado, como também a que exercemos nesta Casa. Tenho afirmado muitas vezes que um dos grandes males do nosso País consiste na recusa dos políticos em fazer política; na recusa dos políticos em debater políticas. E devo dizer me comprazo em observar que o nosso vice-Governador, já pôde esclarecer aqui o nosso Deputado representante da Região de Rolândia, Deputado Eurides Moura, pôde esclarecer com precisão que lá esteve o vice-Governador do Estado em missão oficial de governo, missão administrativa e também política. E, ainda não estivesse em missão administrativa, a missão seria oficial, pois destinada a debater temática com amplas implicações na vida política, social e econômica do País. A defesa do presidencialismo, da defesa da República, a defesa das instituições democráticas é dever - poder de todos os que exercem função pública em nosso Estado e, de modo especial, é dever - poder do vice-Governador do Estado do Paraná.

Mas gostaria, e já havia anunciado isso ao Deputado Florisvaldo Fier, a fim de que possamos estabelecer os debates amplos sobre as ações do Governo no Estado do Paraná, de tratar da questão do complexo hospitalar de Piraquara. Um complexo de cerca de dez mil metros quadrados no município de Piraquara empreendido por uma construtora privada, posteriormente desapropriado pelo Estado do Paraná por interesse público. Esta questão foi objeto de questionamento do Deputado Florisvaldo Fier em pronunciamento do dia 18 de março de 1993.

Dizia o Deputado na época: "O ex-Governador Álvaro Dias jogou dinheiro fora? Não, 'diz o Deputado,' deve ter jogado no bolso de alguém, que isso nós sabemos das várias ações que têm ao analisar as contas do ex-Governador há cerca de 10 dias."

Dizia o Deputado Florisvaldo Fier que o ato desapropriatório exarado por Sua Excelência o ex-Governador do Estado, Álvaro Dias, teria sido ato com destinação diversa da destinação pública, e que também ao analisar as contas do ex-Governador, há cerca de 10 dias, havia várias questões objeto de questionamento e debate. São duas coisas distintas: as contas foram apreciadas pela Casa e aprovadas com o voto político da maioria dos Deputados. Tive a oportunidade, à época, de manifestar-me

a respeito, advogando que irregularidades havidas em setores da administração não poderiam depor contra o conjunto das contas submetidas a esta Casa. E assim tivemos o voto da unanimidade dos Deputados desta Casa pela provação das contas do ex-Governador.

Quanto ao ato, de desapropriação posso assegurar ao Deputado Florisvaldo Fier, e inclusive vou, ao final, deixar o conjunto dos documentos, foi ato probo, correto e que guardou absoluta ligação com o interesse público do Estado. Tive a oportunidade de verificar que a única quantia mobilizada no processo desapropriatório foi aquela que em depósito se fez, que correspondeu a menos de 10% do menor valor de avaliação, que foi o valor de avaliação promovido pela Procuradoria Geral do Estado. Este valor de depósito foi guardado, em consignação, na Comarca de Piraquara, e contra o interesse do Estado, que se manifestou nos autos da ação desapropriatória, foi liberado na proporção de 85% desse valor que correspondia a menos de 10% do valor global, foi revertido para a massa falida e não para a empresa. Foi revertido no interesse da Caixa Econômica Federal que também tinha interesses e era litisconsorte naquele processo de desapropriação. Portanto, nenhum recurso financeiro saiu dos cofres do Estado que tenha ido diretamente para os cofres de particular. O Estado, como de praxe, quando promove o depósito o faz em quantia que é muitas vezes superior a 50% do valor avaliado. No caso concreto, o depósito se deu em valor de cerca de menos de 10%, o menor valor de avaliação, e, portanto, aí também, desde o início, se teve a garantia do interesse público.

Quanto à destinação que naquela época se pretendia dar, era uma destinação diversa da que pretende dar hoje o Governador do Estado. À época, a Sociedade de Hepatologia, uma sociedade nacional, tinha a pretensão de lá instalar um complexo hospitalar, dando aliás seqüência àquilo que lá já existia. Enquanto hoje, o que se tem não é mais o propósito de instalação de um complexo hospitalar, mas, isso sim, instalação do sistema estadual de meio ambiente.

O Deputado Florisvaldo também fez outras considerações. Segundo o Deputado, o Juiz de Direito da Comarca de Piraquara, Doutor Cândido Francisco de Oliveira, afirmou que a massa falida, proprietária do imóvel, levou vantagem com a desapropriação feita pelo Estado do Paraná, porque dificilmente conseguiria desfazer-se da construção do terreno, mediante alienação a terceiros, dado o tempo de desativação do Hospital e o tamanho do mesmo.

Quando o Juiz afirmou, nos Autos, que

a massa falida teria levado vantagem, o fez como esforço de argumentação para sentenciar que o valor da avaliação apresentado pela Procuradoria Geral do Estado, que era da ordem de 6% inferior ao valor de avaliação pretendido pela empresa, era um valor razoável, porque havia considerar-se a empresa, em condições normais, não obteria o valor que estava pretendendo. Portanto, é esse o sentido da vantagem e não vantagem sub-reptícia, não vantagem subliminar, não vantagem extra-Autos, ou extra-interesse público. Era vantagem relativamente à avaliação que pretendia ter e a avaliação que tinha a Procuradoria Geral do Estado.

A frente, o Deputado Florisvaldo Fier disse que quem faz o discurso de moralidade deve apurar as irregularidades do ex-Governador.

Ora, está provado que não houve desvio de finalidade, que o guardou relação com o interesse público e, portanto, não há que se falar em impunidade. Ao final, disse Deputado que a recuperação desta área de cerca de 30 bilhões de cruzeiros não estava no orçamento do Instituto e tem razão. De fato, as obras de recuperação não estavam no Orçamento Geral do Estado, pois foi obtido emenda de autoria deste Deputado. Foi emenda que apresentei, que não atendeu ao pedido do Instituto Ambiental do Paraná, tampouco a pedido da Secretaria de Estado de Planejamento, mas, isto sim, à experiência e o debate que tivemos no interior do Departamento de Obras do Estado, visando assegurar destinação adequada daquele edifício. Aquele edifício, é o que se pretendeu a partir da emenda orçamentária, que foi incorporado ao Patrimônio do Estado, será destinado ao sistema estadual de Meio Ambiente. Logo, creio que a denúncia que Vossa Excelência trouxe a Plenário antes atende, ou deve corresponder a interesses da corporação funcional do Instituto Ambiental do Paraná que não deseja ser deslocada para Piraquara.

Esta questão evidentemente não pode colocar em questão a probidade com que se houve o ex-Governador Álvaro Dias no caso concreto, tampouco a destinação que se pretende dar àquele edifício. É edifício hoje sob domínio do Estado, de propriedade do Estado e que precisa ter a sua destinação adequada aos interesses públicos. E é assim que se pensou pudesse sediar a Polícia Florestal, a Surehna, diversos laboratórios e um conjunto de organismos governamentais e não governamentais num complexo que me pareceu, e estive lá pessoalmente, apropriado a esta finalidade.

Eram estes os esclarecimentos que queria prestar, com o agradecimento pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças com a palavra o PMDB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Consulto a Liderança do Partido Progressista. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos apenas, aproveitando o horário do PP, fazer uns registros aqui desta tribuna.

Primeiramente queremos agradecer a presença do Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, Doutor Nizan de Almeida, no município de Cianorte onde tivemos uma reunião com a Associação dos Açougueiros para discutirmos e resolvermos a questão do abate de gado no município, uma vez que sabemos que a dificuldade com relação à fiscalização do abate bovino tem sido um problema muito sério em nosso Estado.

Com a atenção que recebemos do Secretário de Saúde e também com o apoio do Governador Roberto Requião e da Secretaria de Abastecimento, através do Senhor Secretário Osmar Dias, vamos conseguir resolver de vez estes problemas que atingem a população de Cianorte, uma vez que desejamos oferecer à população uma carne de melhor qualidade.

Uma outra razão que gostaria de anunciar aos Senhores é que já estamos trabalhando em cima de um projeto denominado "Projeto Ouro Verde". Contamos com o apoio inclusive da "Gazeta do Povo", da TV Cultura de Maringá e o Canal 12 de Curitiba, quando lançamos o "Projeto Ouro Verde" que é a questão dos cafés que estão apodrecendo nos armazéns do IBC do Paraná e quero até acreditar nos armazéns do IBC em outros estados brasileiros. Esse projeto que nós vamos lançar terá a participação de todos os Deputados nessa Casa. Nós estamos aguardando a indicação do Presidente da Comissão de Agricultura, e passaremos a discutir esse assunto que deve ser discutido amplamente com todos os Deputados, nós já iniciamos esse Projeto, mas queremos ter a participação de todos os Deputados porque há um interesse muito grande em resolvermos e radicarmos a fome e a miséria que hoje assola em nosso setor da agricultura do nosso Estado.

Gostaríamos, também, de anunciar que estivemos na Cidade Canção, Cidade de Maringá, estava presente o Deputado Nilton Barbosa, o Deputado meu companheiro Preis da Cidade de Maringá, e nosso companheiro que honrosamente nos representa agora na

Mesa na 2.^a Secretaria o Deputado Bifon, quando recebemos, e também o Deputado Costenaro Neto, quando recebemos a presença do ex-Governador do Paraná Álvaro Dias para promovermos filiações de Prefeitos, Vereadores, lideranças e vice-Prefeitos, na Cidade de Maringá. E quero registrar aqui a filiação do Prefeito de Cianorte pertencente ao Partido do PDT que deixou as fileiras do PDT ingressando conosco em reconhecimento a nossa solidariedade, ao nosso apoio tanto desse Deputado como do ex-Governador Álvaro Dias para que conquistássemos a vitória da Prefeitura do Cianorte. E recebemos, também, a filiação do Vereador do PDT Manoel Messias que representa um distrito industrial na região de Cianorte onde há a maior produção de fécula e de farinha de mandioca que atende a demanda do nosso Estado e outros Estados do Nordeste. Isso demonstra a liderança que existe do Governador Álvaro Dias com o crescimento do nosso Partido, o Partido Progressista hoje é um partido que está afinado com os interesses e o desejo da população não só do nosso Estado mas com o desejo da população do nosso País.

O Sr. Costenaro Neto (Aparte - Assentimento) Gostaria de comunicar a Vossa Excelência e aos demais pares desta Casa que esse encontro, na verdade, produziu bastante ao nosso Partido PP. Estivemos em Apucarana quando filiamos o Prefeito de Marumbi que era do PFL, o Prefeito de Kloré que era do PDT, o Prefeito de Borrazópolis que era do PRN e o Prefeito de Jardim Alegre que era do PFL também. Foram quatro municípios com lideranças maciças extraordinárias. E além do grupo do ex-candidato a Prefeito de Itacolomi com todos os Vereadores eleitos do partido, portanto, foram conquistas extraordinárias no Vale do Ivaí que fez o ex-Governador Álvaro Dias, com a nossa presença e demais Parlamentares que puderam lá comparecer. Quero que Vossa Excelência tenha essa informação.

O SR. DIRCEU MANFRIMATO - Muito obrigado. Nós atribuímos, também à liderança de Vossa Excelência no Vale do Ivaí, possibilitando esse entendimento dos Prefeitos que se filiaram ao nosso Partido Progressista.

Ao encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós reafirmamos aqui, que a liderança do ex-Governador do Paraná Álvaro Dias é uma liderança incontestável. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem, com a palavra o Deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI - Apenas para registrar a presença neste Plenário do Prefeito de São Pedro do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está devidamente registrado. Com a palavra o Deputado Ernani Pudell do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós queremos comunicar desta Tribuna que o Partido dos Trabalhadores, através da sua Comissão Executiva Regional do Paraná, ingressou em juízo com um Mandado de Segurança contra a decisão da Mesa da Assembleia Legislativa do Paraná que preteriu a nossa Bancada na distribuição dos cargos nas comissões permanentes do Poder Legislativo.

O PT se insurge, basicamente, pelo fato de que o Bloco Parlamentar Independente passou a ser tratado como um partido dentro do Poder Legislativo.

Nós temos a maior estima e maior respeito individualmente por todos os parlamentares que integram o Bloco Parlamentar Independente, todos são colegas, muitos deles amigos, pessoas dignas, Deputados que defendem suas idéias e os interesses de suas regiões e de seus eleitores. Todavia, o ato de gentileza, a deferência que a Mesa fez para os Deputados que estão sem partidos nesta Casa afronta e fere de morte um princípio elementar da democracia. Não pode em nenhum regime democrático no mundo inteiro permitir que a representação dos interesses da sociedade se dê por pessoas e não por partidos; os partidos têm a função fundamental de organizar a vontade popular, de se organizar para buscar o poder político e nele realizar o seu programa de governo, realizar os seus ideais. Esta é uma das pedras fundamentais da democracia. Se assim não for, os parlamentares que não tiverem partidos se apresentarão à população despidos do interesse público, dissimulados, com interesses, muitas vezes, contrário ao interesse público. Então, por isso é que a Constituição Federal determina que a representação deve ser sempre partidária para que o partido mantenha em suas mãos o controle sobre o programa e os objetivos que se pretende construir no Governo.

Então, eu quero deixar aqui registrado a lealdade, nesta Tribuna, da Mesa, principalmente aos Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Independente. De modo algum vai aí alguma divergência com esses companheiros Deputados, mas, sim, a defesa de um direito líquido e certo do Partido dos Trabalhadores de ter assento nas comissões da Assembleia Legislativa do Paraná e que só não teve esse direito garanti-

do pela inclusão dos Deputados independentes no cálculo da distribuição nas cadeiras nas comissões temporárias.

Esperamos que o Poder Legislativo do Paraná refaça este cálculo e reponha o direito líquido e certo, tranqüilo de o PT ter assento nas comissões permanentes da Assembléia Legislativa do Paraná.

Também quero aqui aproveitar o ensejo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e dizer que o Paraná vive um momento delicado em sua história. Um ato que aconteceu, recentemente, no Município de Campo Bonito, com ampla repercussão nacional, colocou o Paraná na relação dos Estados em que os princípios elementares da pessoa humana e do estado democrático, não têm sido respeitados.

Eu solicitei pessoalmente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, a quem nós devemos imputar um voto de confiança e solicitei a ele que investigasse com profundidade o papel que o aparato repressivo do Estado do Paraná tem feito com relação os movimentos sociais em nosso Estado.

Sabemos que a CPI que foi instalada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a qual queremos acompanhar mesmo sem ter direito a participação como membro terá uma missão espinhosa.

O episódio de Campo Bonito, além das quatro mortes que gerou, três policiais militares e um trabalhador rural sem-terra, ela trouxe consigo também um fato da maior gravidade.

Primeiro a atuação da chamada PM2 - Polícia Militar, que deveria se restringir exclusivamente a apuração de irregularidades dentro da própria corporação. Ela extrapola a sua função constitucional para realizar um trabalho investigatório, que é de competência exclusiva da Polícia Judiciária ou seja da Polícia Civil, mais do que isso, o comando da Polícia Militar assumiu pessoalmente e publicamente a responsabilidade pelo envio de três policiais, funcionários públicos da Polícia Militar, para uma missão dentro de uma área de conflitos de terra, numa região em que todos sabem existe um clima de beligerância entre os sem-terra e os pistoleiros e esses policiais sem farda, em missão sigilosa, em missão extra-legal foram compelidos a se apresentar como amigos do proprietário da fazenda ocupada.

Esta falsa identidade assumida pelos proprietários, segundo já está claro no inquérito policial foi o motivo maior que resultou da cena de violência que vitimou esses três trabalhadores do Estado do Paraná, confundidos com pistoleiros, esses policiais, segundo uma versão constante do inquérito, após uma tentativa da revista por parte dos sem-terra acabaram perdendo a vida.

Concluindo, Senhor Presidente, eu quero dizer também, que esse episódio por si já é profundamente grave e delicado e o que se sucedeu depois, quando a Polícia Militar do Estado do Paraná assumiu também as tarefas de investigar, de fazer as diligências, de prender, interrogar os demais envolvidos naquele episódio, revelou também aí uma grave e delicada invasão de competência, uma atitude ilegal da Corporação Militar do Estado do Paraná, eu espero sinceramente que o Governador do Estado não tenha compactuado desta decisão profundamente ilegal e que coloca em risco todo o sistema democrático em nosso País e principalmente no Estado do Paraná, esperamos que o Governador do Estado haja com a mesma dureza e determinação que agiu contra aqueles que ocuparam a Fazenda Santana, haja agora também para apurar todas as responsabilidades, a responsabilidade direta pela morte dos policiais já está devidamente esclarecida e consta do inquérito policial que existe na Comarca de Guaraniaçu, mas a responsabilidade indireta, a responsabilidade de comando que contribuiu para as circunstâncias que levaram àquela tragédia, têm que ser esclarecidas e eu tenho a certeza que a Comissão Parlamentar de Inquérito desse Poder não irá confirmar os boatos que circulam pelos corredores desse Poder, e saberá com firmeza e determinação apurar toda a verdade e indicar todos os responsáveis por aquela tragédia, nem que para isso seja necessário apontar o responsável maior que ora habita o Palácio Iguazu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com o Bloco Parlamentar Independente.

A palavra está com o PSDB.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 171/93, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, solicitando ao Poder Legislativo Estadual a sustação de ato deste Tribunal, que fixou por Resolução, os vencimentos dos Srs. Desembargadores em equivalência aos dos Srs. Deputados Estaduais. Anexar ao ofício ATG 0711/93 prot. n° 2014/93.

Ofício n° 173/93, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, incluindo anteprojeto de lei em visa fixar o vencimento

básico mensal do cargo de Desembargador, deste Tribunal, a partir de 01 de março de 1993. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 001/93, subscrito pelo Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, comunicando que na data de 15 de março próximo passado, foi instalada a Comissão de Tomada de Contas, onde fui eleito para a Presidência da mesma e a vice-presidência ao Sr. Deputado Arlindo Troian. À Diretoria Legislativa e a Diretoria de Plenário para as devidas anotações.

Ofício n° CR/001/93, subscrito pelo Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, comunicando que em data de 17 de março próximo passado, foi instalada a Comissão de Redação, para a qual fui eleito Presidente, cabendo a Vice-Presidência ao Sr. Deputado Eurides Moura. À Diretoria Legislativa e Diretoria de Plenário para as devidas anotações.

Ofício CSP/001/93, subscrito pelo Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, comunicando que em data de 18 de março, próximo passado, foi instalada a Comissão de Segurança Pública, para a qual fui eleito Presidente, e a Vice-Presidência ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti. À Diretoria Legislativa e a Diretoria de Plenário, para as devidas anotações.

Ofício CPI/FS/001/93 subscrito pelo Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente, comunicando que em data de 23 de março, próximo passado, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito da Fazenda Santana, para a qual fui eleito Presidente, e a Vice-Presidência ao Sr. Deputado Duílio Genari. À Diretoria Legislativa e à Diretoria de Plenário para as devidas anotações.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati e do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia acima aprovado:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 020/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, altera para São Manoel do Paraná a denominação do Município de São Manoel.

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 04 de 19.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 020/93

PARECER:

O Projeto de Lei 020/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, altera para São Manoel do Paraná a denominação do Município de São Manoel.

No aspecto do mérito, ressaltamos as manifestações mais legítimas que fundam o pleito: no aspecto formal, não existem óbices à normal tramitação da matéria, sendo que opinamos pela sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 015/93, de autoria do Deputado Heinz Herwig, concessão de título de cidadania honorária ao Nobre Engenheiro e Professor Armando Martins Pereira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 04 de 16.02.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 15/93

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Heinz Georg Herwig, o Projeto de Lei n° 15/93, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, visa conceder o título de cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Dr. Armando Martins Pereira.

Tal iniciativa prende-se ao reconhecimento da sua nobre conduta e extraordinário trabalho em prol do Estado do Paraná.

Do ponto de vista legal, regimental ou constitucional, esta Comissão nada encontrou que pudesse impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 432/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná para Wilson Andrade Silva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 122 de 25.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 432/92

PARECER:

Propôs o autor a concessão de Título Honorário do Paraná para Wilson Andrade Silva.

Após análise Constitucional, Legal e Regimental nada foi constatado que possa impedir o normal trâmite processual legislativo da proposta.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 316/92, de autoria do Deputado Ovídio José Constantino, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Duque de Caxias, de Dois Vizinhos, conforme específica. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 91 de 17.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 316/92

PARECER:

O presente Projeto de Lei n° 316/92, de autoria do nobre Deputado Ovídio José Constantino, que Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Estadual Duque de Caxias, com sede e foro na cidade de Dois Vizinhos, após cumpridas as exigências constantes no item IV do Artigo 1°, da Lei n° 6.994/78 de 10 de janeiro de 1978, está em condições para sua tramitação legal neste Poder Legislativo, para apreciação e aprovação.

É o parecer desta douta Comissão.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 399/92, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, declara de Utilidade Pública a Escola Profissional Padre João Piamarta - Creche Sagrada Família, de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Substitutivo Geral da C.C.J. Apreciar neste turno o Substitutivo Geral.

Lembrando aos Senhores Deputados, neste turno de 3.^a discussão, deveremos apreciar apenas o Substitutivo Geral.

Em discussão o Substitutivo Geral.

Em votação.

Aprovado.

O Projeto irá à redação final.

O SR. DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Sr. Deputado Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha, solicita verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral do Projeto 399/92, queiram levantar-se.

Trinta e um Srs. Deputados são favoráveis.

Os Srs. Deputados que forem contrários, queiram levantar-se.

Nenhum Deputado.

Está aprovado o Projeto.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 067/92, veto aposto do Projeto de Lei n° 492/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 099/91, que cria o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, conforme específica. Com Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/N°166/92

Curitiba, 29.06.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 125/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 492/91, por julgar as partes vetadas contrárias aos interesses públicos pelas razões adiante explicitadas.

Objetiva o autógrafo dar nova redação à Lei n° 9.579, de 22 de março de 1991, que criou o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

O veto apostado incidirá sobre as disposições dos artigos 3° e 4°, § 3° do art. 6°, artigos 9° e 13 e sobre as do inciso VI, do art. 14, constantes do art. 1°, do Projeto de Lei em causa.

A pretendida nova redação ao art. 3° não foi acolhida porque, segundo análise feita por órgãos competentes do Poder Executivo, foi considerada inconveniente por se apresentar extremamente restritiva, uma vez que, se acolhida, o Conselho ficaria adstrito a ter como fontes de consultas apenas dois órgãos da Administração Federal, impossibilitando a valiosa colaboração de outras entidades estaduais e demais esferas de atuação, também plenamente habilitadas para tal.

O art. 4° teve que ser vetado por ser inexecutável, uma vez que ao Ministério Público, a função fiscalizadora já lhe é própria por força de normas constitucionais e, portanto, inócuo seria o dispositivo em relação a essa instituição. Já no que se refere ao Poder Judiciário, a sua menção como órgão fiscalizador é totalmente descabida, eis que ao referido Poder cabe julgar e não fiscalizar.

O § 3°, do art. 6° foi vetado em face de reexame da medida, no qual concluiu-se que tais disposições contrariam os inte-

resses da Administração pela sistemática que adota para fixação do período de mandato e forma de destituição dos conselheiros e suplentes, representantes das entidades populares.

A negativa de sanção ao art. 9º decorre do simples fato de que a requisição de servidores públicos e de apoio técnico e administrativo dele constante, não mais se justifica seja feita através da Casa Civil, diante da vinculação do colegiado ter passado, por emenda dessa Casa de Leis, à esfera da Secretaria do Trabalho e da Ação Social.

O veto apostado ao art. 13 fez-se necessário, apenas em função de remissão equivocada constante de seu texto, que, se acolhido, impediria indiscutivelmente sua aplicação.

O não acolhimento ao inciso VI, do art. 14, deveu-se à forma ampla e genérica como encontra-se redigido, chegando ao ponto de poder ser interpretado como determinação para que sejam carreadas ao fundo de que trata, até verbas com destinações e finalidades especificadas em leis próprias, como é o caso daquelas oriundas das atividades do SERLOPAR, parte das quais são carreadas aos Municípios para programas assistenciais pré-estabelecidos.

Ressalte-se que este veto não deixará o referido fundo desprovido de seus recursos mínimos, visto que a norma constante do inciso I, do mesmo art. 14, permite que a ele sejam consignadas verbas através de orçamentos anuais do Estado.

Essas, Sr. Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 492/91 foi public. no D.A. nº 139 de 24.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 067/92

P A R E C E R:

A Proposição traz em tela o VETO, parcial, apostado ao Projeto de Lei nº 492/91, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 099/91, que cria o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. O dito veto, foi comunicado a esta Casa de Leis, através de Ofício DTL/SAT nº 166/92, pelo Sr. Governador, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O chefe do Poder Executivo vetou parcialmente o referido

Projeto de Lei, usando da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual.

O veto apostado incidiu sobre as disposições dos artigos 3º e 4º, § 3º, do art. 6º, artigos 9º e 13º, e sobre as do inciso VI, do art. 14, constantes do art. 1º, do Projeto de Lei em causa.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é FAVORÁVEL, devendo o veto ser submetido à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala da Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

Lembro aos Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar com as cédulas que contêm a expressão SIM; os Deputados que forem contrários à manutenção do Veto, deverão se manifestar utilizando cédulas que contêm a expressão NÃO.

Após feito sua opção de voto colocará a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra à Mesa.

A Mesa salienta mais uma vez, para o conhecimento dos Srs. Deputados, que para rejeição do veto e conseqüente aprovação do Projeto, serão necessários que 28 Srs. Deputados votem NÃO, conforme previsão da parte final do § 4º, Art. 71, da Constituição.

Solicito ao nobre Sr. 1º Secretário desta Sessão, Deputado Hélio Lino Rusch, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para possam proceder à votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hélio Ruch) - (Procede à chamada nominal)

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hélio Rusch) - Termina a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Designo a Comissão constituída pelos Deputados Nereu A. Moura; Nelson Garcia; Namir Piacentini e Lourenço Fregonese para que processem a apuração dos votos.

Votaram 36 (trinta e seis) Srs. Deputados.

Pela manutenção do Veto - votaram Sim 07 (sete) Srs. Deputados;

Pela Rejeição do Veto e Manutenção do Projeto - votaram 29 (vinte e nove) Srs. Deputados.

Está Rejeitado o Veto. Aprovado o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 508 de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Domin-

gos Carvalho, Neivo Beraldin e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 521, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 509, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 510, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 502, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 496, 497, 498 e 499, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 500, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento 501, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 503, 504 e 505, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 511, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 512, 513, 514, 515, 516 517 e 518, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 520, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 522 e 523, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 528, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 529 e 530, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 531, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 533, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 519, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins,

constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 534, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Toti Colaço e demais Senhores Deputados, constante do expediente. - **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 535, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 478, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.**

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Na quinta-feira da semana anterior a Assembléia aprovou a constituição de uma comissão especial para acompanhar a construção do gasoduto de importação de gás natural da Bolívia. Nós já nos manifestamos sobre este assunto e foi aprovado a participação de 9 Deputados. Na semana passada mesmo o coordenador desse projeto, o Engenheiro Luiz Carlos Costa Milan, manifestou interesse em conversar com esta Comissão da Assembléia Legislativa do Paraná para esclarecer todos os pontos relacionados com a construção do referido gasoduto.

Em princípio como a Assembléia não havia constituído formalmente a sua comissão, eu tomei a liberdade de marcar esta visita para a próxima semana, quarta-feira, por sugestão do próprio engenheiro, havendo tempo para a constituição dessa comissão.

Quero fazer um apelo aos líderes das bancadas e ao ilustre Presidente da Mesa que se possível nós conseguíssemos a indicação de todos os membros da comissão o mais rapidamente possível para que possamos fazer uma reunião e estabelecer o cronograma de trabalho.

Em princípio também é importante um contato com a COPEL que será a concessionária do gás e existe um grupo da PETROBRÁS que elaborou um documento que motivou, inclusive, o pedido de informação da Comissão Especial.

Eu acredito que nós tenhamos talvez, mobilizar a bancada federal, mobilizar o próprio Governo do Estado, os estados vizinhos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, enfim, todos setores

diretamente envolvidos.

Então, era fundamental que, antes que se consumasse a rota já prevista da Bolívia ligando diretamente ao Estado de São Paulo, que nós pudéssemos formar a comissão para intervir na questão o mais rápido possível. Esse é um apelo que eu faço o Senhor Presidente e aos líderes das bancadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa ia mesmo, independente da manifestação de Vossa Excelência solicitar aos líderes de partidos e do Bloco Independente que processem as indicações - PMDB - 2 Deputados; Progressista - 2 Deputados; Bloco Independente - 1 Deputado; PFL - 1 Deputado; PDT - 1 Deputado; PL e PT deverão entre ambos indicar um Deputado para fazer parte dessa Comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - (Pela Ordem) - Em 5 de março último publicou-se em Diário Oficial, Ato do Poder Legislativo que institui a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as questões relacionadas aos transportes de crianças, bem como outras violações na região Noroeste do Estado.

Dada a gravidade da questão social no campo paranaense e a gravidade da situação social no Brasil, creio que é fundamental que esse Poder possa promover essa CPI a instalação dessa CPI do Bóia-Fria como convencionamos denominá-la para que o Poder possa dar uma resposta política à conjuntura do Estado e do País. Em que pese as gestões já feitas pela Presidência não houve ainda as indicações por parte das diversas bancadas. Creio que só o empenho político da Mesa, bem como dos demais membros da mesa poderá assegurar a instalação dessa CPI e o imediato início das atividades e serviços da CPI.

Muito obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados,

considerando que foi de iniciativa da bancada do Partido dos Trabalhadores a constituição desta comissão para estudar a passagem do gás da Bolívia para o Paraná, o Partido Liberal em homenagem ao Partido dos Trabalhadores abre mão da indicação em favor do Deputado Ernani Pudell.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado, solicito à bancada do PT que faça a indicação à Mesa.

Com referência à questão de ordem do Deputado Bona Turra a Mesa informa que já por duas ocasiões solicitou às lideranças que façam a indicação de cada um dos membros para integrar essa CPI.

Lembrando que é uma comissão de 7 membros e deverá ser indicados dois Deputados do PMDB, um Deputado do Partido Progressista, um do Bloco Independente, um do PFL, um do PTB e um do PDT.

A Mesa apela mais uma vez às Lideranças para que possamos instalar.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Pela Bancada do PT o meu nome para compor a comissão especial do gasoduto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Solicito ao Deputado que faça por escrito à Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 104/92, 106/92, 109/92, 110/92, 111/92, 113/92 e 011/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 316/92, 432/92, 015/93 e 020/92.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 055/93.

Levanta-se a sessão.